



CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga
Presidente do ISB

Artigo nº 80/2009
Contatos: secretaria@isb.org.br

O DEBATE DO PRÉ-SAL

È, de longe, a questão mais importante do momento, para nós brasileiros. Trata-se de decidir sobre algo que será determinante sobre o futuro do País no horizonte de maio-século. Pode não se confirmar a hipótese otimista sobre a quantidade das reservas; como podem crescer imprevisivelmente, nos próximos 25 anos, as restrições sobre o uso de combustíveis fósseis num mundo em aquecimento calamitoso. Mesmo descontados os efeitos dessa possível redução, ainda assim, a dimensão dessa nossa nova riqueza é realmente de mudar o futuro: todo o cuidado na definição do seu uso será justificado.

Na minha opinião, o primeiro e fundamental capítulo dessa decisão é o de tirar do Mercado o uso desse bem extraordinário e decisivo e colocá-lo na órbita do interesse público, do Estado, isto é, da Política. É isto mesmo: o uso deve ser comandado pela Nação, pelo Estado, pela Sociedade, isto é, o uso deve ser Político, não mercantil. Esta foi a decisão mais importante do governo, enviada ao Congresso para ratificação, a de instituir o regime de partilha na exploração, no qual o Estado fica com a maior parte do que for extraído, em substituição ao de concessão, atual, pelo qual as empresas dispõem de todo o petróleo no Mercado, pagando tributos ao Governo. Penso que foi uma decisão absolutamente acertada, sábia, que, aliás, corresponde à adotada pela grande maioria de países produtores de petróleo. Trata-se de uma correção importantíssima da política abraçada no tempo do neoliberalismo, o mesmo que promoveu a venda na Bolsa de Nova York da maioria das ações da Petrobrás, para fazer caixa e agradar ao Consenso de Washington. Não será uma decisão fácil: a mídia, o PSDB e o PFL estão contra, porque defenderam e defendem o neoliberalismo, mas acredito que a força da opinião pública leve o Congresso, a aprová-la.

È a principal mas não a única decisão brasileira decorrente do pré-sal. È preciso, além de mudar o sistema de concessão, preparar e capitalizar a Petrobras para a nova missão; confiar nela, que é a grande vitoriosa da descoberta, e atribuir-lhe o papel central na exploração. Preparar a Petrobrás e também a indústria nacional de produção dos equipamentos para a extração do óleo, cuja demanda vai crescer muito aceleradamente nas próximas décadas. E é precisamente esta indústria, alavancada pela exploração das novas áreas, pela política de exigir participações nacionais crescentes no suprimento dos equipamentos, que vai constituir o multiplicador da grande riqueza do pré-sal, não deixando que nosso país acompanhe o maldito destino de outros grandes produtores, de exportar petróleo e importar tudo o mais com a renda das exportações. A criação do Fundo Social é outra garantia de aplicação multiplicadora e principalmente distribuidora dessa renda, expandindo maciçamente os investimentos em educação, ciência e tecnologia. È realmente um golaço que o Brasil marca para suas novas gerações. È fundamental sua aprovação pelo Congresso, sem a perda de tempo de discussões menores, atravancadoras, sobre a partilha dos royalties. È justo, claro, que os estados produtores (como o nosso Rio) tenham uma fatia maior, mas é uma insensatez ficar emperrando a aprovação da nova legislação para manter o atual percentual de participação num total tão ascrescido, contra o anseio nacional de acesso aos benefícios.

Creio ser relevante, também, considerar aqui a questão dos bio-combustíveis, onde o Brasil tem grande prevalência, em tecnologia e em condições físicas para a produção, e que vão continuar sendo progressivamente demandados, seja por exigência da preservação ambiental do planeta, seja em decorrência do esgotamento contínuo das jazidas de petróleo hoje em exploração. E, neste ponto, repito com mais ênfase

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo
Rio de Janeiro - RJ

www.isb.org.br

Tel: (21) 2285-3702
e-mail: secretaria@isb.org.br



CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga
Presidente do ISB

Artigo nº 80/2009
Contatos: secretaria@isb.org.br

uma sugestão que venho fazendo há alguns anos, que é a da criação de uma nova empresa pública para cuidar da organização e da comercialização dessa produção interna de bio-combustíveis, que constitui um setor verdadeiramente estratégico para produzir e ao mesmo tempo distribuir riqueza no País, estimulando atividades geradoras de emprego e renda em regiões mais pobres. As novas responsabilidades da Petrobrás serão demasiadamente grandes e absorventes para que sua gestão se ocupe com lavouras produtoras de álcool e de óleo vegetal.

Por fim, uma preocupação nada menos importante: a defesa dessa nova Amazônia contra a cobiça internacional. Não é preciso lembrar todas as guerras movidas pelo controle do petróleo para recomendar que não fiquemos na atitude ingênua de pensar que, no nosso caso, não será assim porque o Brasil é um país simpático e tem a proteção do gigante do norte. Isso é o que a mídia nas entrelinhas vai dizer, sempre atenta aos gastos do governo; e provavelmente os udenistas de hoje também, os mesmos que pediram a CPI da Petrobrás. Mas é uma opinião desastrosa e acho que os brasileiros já estão acordados para esses aspectos da realidade novos para nós.

A defesa é a montagem de um esquema militar dissuasório eficiente, um sistema aéreo e naval, que vai precisar fundamentalmente de aviões de última geração e de submarinos de propulsão atômica. Não vai precisar de bomba atômica, não, mas, com certeza, da disponibilidade permanente desses equipamentos militares, muito caros e de evolução tecnológica velocíssima. Daí a necessidade, imperiosa, de domínio da tecnologia de produção e aperfeiçoamento contínuo desses equipamentos. Sem contar a enorme força propulsora desse domínio tecnológico sobre o estado da arte da nossa ciência e da nossa indústria.

Não vou dizer nada, ainda, sobre o acordo com a França. Um entendimento entre os dois presidentes, sendo hoje o Brasil um país sério (creio que o próprio General De Gaulle, no seu túmulo, pensa assim), deve ser considerado respeitável. E sem dúvida uma novidade retumbante, já que essas tecnologias militares mais avançadas nunca, em tempo algum, foram repassadas de um país para outro. Se o preço está salgado, como parece, que se renegocie o preço, mas nunca se abra mão da transferência completa da tecnologia.

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo
Rio de Janeiro - RJ

www.isb.org.br

Tel: (21) 2285-3702
e-mail: secretaria@isb.org.br